

## A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO COM O PROGRAMA INOVA EDUCAÇÃO

*Bruno Cesar Costa Ribeiro Mira*

*José Lucas Pedreira Bueno*

*Alcides Mariano Ribeiro*

### Resumo

Com a aprovação da BNCC em 2017, o Estado de São Paulo criou o programa Inova Educação, para adequação do currículo paulista à normativa nacional. Com isso, foi ampliado o tempo de formação continuada em serviço dos docentes da rede pública estadual, e também acrescentadas três novas disciplinas: projeto de vida, tecnologia e eletiva, além de aumentarem de seis para sete o número de aulas por período. Este artigo tem a pretensão de investigar a intensificação do trabalho docente, mediante a ampliação do tempo de formação continuada em serviço. Para isso, fizemos uma pesquisa documental sobre as resoluções e leis complementares que regulam a criação do programa Inova Educação, além dos autores (as) que discutem o modelo de educação neoliberal tendo como eixo as avaliações em larga escala, que no Estado de São Paulo é instituído pelo Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), direcionando tanto a prática docente, como a formação continuada em serviço, para o treinamento dos alunos para o Saresp, e assim, aumentar o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) que, por sua vez, está subordinado ao bônus por desempenho.

**Palavras-chave:** Política Educacional. Avaliação em larga escala. Intensificação do Trabalho Docente. Formação Continuada em Serviço. Saresp.

## THE WORK INTENSIFICATION OF PUBLIC-SCHOOL TEACHERS IN SÃO PAULO WITH THE INOVA EDUCAÇÃO PROGRAM

### Abstract

With the approval of the BNCC in 2017, the State of São Paulo created the Inova Educação program to adapt the São Paulo curriculum to the national standard. With this, the time for continuous in-service training of teachers in the state public network was expanded, and three new subjects were also added: life project, technology, and elective, in addition to increasing from six to seven the number of classes per period. The purpose of this article is to investigate the intensification of teachers' work by increasing the time for in-service continuing education. To this end, we carried out a documentary research on the resolutions and complementary laws that regulate the creation of the Inova Educação program, besides the authors who discuss the neoliberal education model having as its axis the large-scale evaluations, which in the State of São Paulo is instituted by the System of School Performance Evaluation of the State of São Paulo (Saresp), directing both teaching practice and in-service continuing education to train students for the Saresp, and thus increase the São Paulo State Education Development Index (IDESP) which, in turn, is subordinated to the performance bonus.

**Keywords:** Education Policy. Large-Scale Evaluation. Intensification of Teaching Work. In-service Training. Saresp.

## LA INTENSIFICACIÓN DEL TRABAJO DE LOS PROFESORES EN LA RED PÚBLICA DEL ESTADO DE SÃO PAULO CON EL PROGRAMA INOVA EDUCAÇÃO

### Resumen

Con la aprobación del BNCC en 2017, el Estado de São Paulo creó el programa Inova Educação para adaptar el currículo paulista al estándar nacional. Con ello, se amplió el tiempo de formación continua de los profesores de la red pública estatal y se añadieron tres nuevas asignaturas: proyecto de vida, tecnología y optativa, además de aumentar de seis a siete el número de clases por periodo. Este artículo pretende investigar la intensificación de la labor docente, aumentando el tiempo de formación continua en servicio. Para ello, realizamos una investigación documental sobre las resoluciones y leyes complementarias que regulan la creación del programa Inova Educação, además de los autores que discuten el modelo educativo neoliberal teniendo como eje las evaluaciones a gran escala, que en el Estado de São Paulo es instituido por el Sistema de Evaluación del Desempeño Escolar del Estado de São Paulo (Saresp), Dirigir tanto la práctica docente como la formación continua para capacitar a los alumnos para el Saresp, y así aumentar el Índice de Desarrollo Educativo del Estado de São Paulo (IDESP) que, a su vez, está subordinado a la bonificación por rendimiento. **Palabras clave:** Política educativa. Evaluación a gran escala. Intensificación de la labor docente. Formación en servicio. Saresp.

### INTRODUÇÃO

No ano de 2017 foi sancionada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apesar do Conselho Nacional de Educação (CNE) não ser unânime na decisão (DOURADO; SIQUEIRA, 2019). A normativa estabeleceu a padronização do currículo do Ensino Fundamental segundo as diretrizes dos órgãos internacionais, como o Banco Mundial (BM); a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outras, que influenciam diretamente as políticas nacionais de educação (SOUZA; CABRAL NETO, 2018).

A BNCC não leva em conta as diferenças regionais, culturais, sociais e demográficas do país e impõe um modelo curricular nacional, como se todos os estudantes tivessem igualmente acesso aos direitos assegurados pela Constituição. Assim, o resultado da implantação da BNCC tem sido o aumento da desigualdade, pois, com a imposição da Base, o nível de desigualdade educacional aumentou, uma vez que estão tratando os desiguais como iguais, de forma a ampliar as desigualdades, como diz, Oliveira (2018).

Para além da BNCC, o Estado de São Paulo, para adequar o Ensino Fundamental e o Ensino Médio Estadual à Base, realizou mudanças no currículo, separou os professores em dias e horários por área de conhecimento e ampliou a carga horária de Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), que é o tempo dedicado à formação continuada em serviço dos professores do Estado de São Paulo. As mudanças ampliaram a carga horária docente, sem aumentar o salário e sem oferecer melhores condições de trabalho.

A mudança curricular se deu a partir do Programa Inova Educação, criado em maio de 2019, pela Seduc/SP. O Programa propõe adequar o currículo paulista à BNCC,

acrescentando três disciplinas ao currículo do Ensino Médio: Projeto de Vida, Tecnologia e Eletiva<sup>1</sup>.

O aumento da carga horária da formação continuada, que é realizada a partir das Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), instituído pela Resolução SE nº 72, de 16 de dezembro de 2019, ampliou o tempo de formação de 3 para 7 intensificando o trabalho docente, sem qualquer diálogo com a comunidade escolar.

Antes, um professor com a jornada completa de 32 aulas deveria fazer três horas aulas de 50 minutos de ATPC. Atualmente, tem que fazer sete horas aulas de 45 minutos, resultando no aumento da carga horária em sala de aula.

A ampliação do tempo das ATPC suscitou a intensificação do trabalho docente, conforme já discutido por Hypolito (2010, 2011), Shiroma; Evangelista (2011) e Sousa (2014), aumentando a periodicidade das avaliações diagnósticas, que por sua vez, servem de treinamento para os dois dias de prova do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp).

E, como a BNCC separa os conhecimentos do currículo de forma a uma busca por “especialização” dos estudantes a Seduc/SP também separou os professores em dias e horários fixados, de acordo com a área de conhecimento, com intenção de dar objetividade, eficiência e otimização ao ensino. Essa mudança, principalmente, vem acarretando a diminuição salarial dos professores que acumulam cargos em outras escolas, pois o horário foi ocupado em tempos que geralmente coincidem com o turno que deveriam estar lecionando em outra escola, além de dificultar o trabalho interdisciplinar.

Diante deste contexto pretendemos problematizar as mudanças ocorridas com a criação do Programa Inova Educação sobre o trabalho docente na Rede Estadual de Educação de São Paulo. E evidenciar como a resolução SE nº 72, de 16 de dezembro de 2019, ampliou o ATPC, intensificando o trabalho docente, sem acarretar mudanças na qualidade de ensino ou aumento salarial.

Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica para discutir as orientações dos organismos internacionais que influenciam as políticas educacionais no Brasil, nas quais as avaliações de larga escala são um dos eixos de medição da qualidade da educação. Também foi realizada uma pesquisa documental sobre a legislação estadual e federal que amparam a Seduc/SP na criação do Programa Inova e na ampliação de tempo de serviço dos professores, sem acrescentar remuneração ou melhores condições de trabalho.

Na primeira parte do trabalho analisamos a criação do Programa Inova e sua relação com a BNCC. Também apresentamos uma síntese dos objetivos de aprendizagem das novas

---

<sup>1</sup> O objetivo do componente Eletivas será possibilitar aos alunos a oportunidade de ampliarem, diversificarem conteúdos e habilidades de um ou mais componentes curriculares e/ou aprofundarem-se neles ou desenvolver competências específicas para a continuidade dos estudos. As Eletivas serão semestrais, e os estudantes poderão escolher entre as opções oferecidas a partir do levantamento de suas necessidades e de seus anseios e das possibilidades de oferta dos professores. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/acao-formacao/inova-educacao-formacao-basica-eletivas-2a-edicao-2021-seduc-e-sme/>. Acesso em: 02 de dez. 2021.

disciplinas: Projeto de Vida, Tecnologias e Eletivas. Na segunda parte, elucidamos resumidamente as principais mudanças ocorridas com a formação continuada dos professores do Estado de São Paulo, desde a sua criação em 1985 até o ano de 2019, quando ocorreu a ampliação do tempo de formação com a resolução SE nº 72, de 16 de dezembro de 2019.

Em seguida, delineamos uma síntese das avaliações em larga escala no Brasil, que tiveram início com o Sistema Nacional de Educação Básica (SAEB) (GATTI, 2012; BAUER, 2015), assim como do Saesp (ARELARO; JACOMINI; CARNELIRO, 2016; ADRIÃO, 2015). E por fim, discutimos a intensificação do trabalho dos docentes da rede pública do Estado de São Paulo, com a ampliação do tempo do professor na escola.

## **O PROGRAMA INOVA EDUCAÇÃO**

Com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, as políticas de adequação curriculares dos Estados e municípios começaram a ser modificadas. Diante desse contexto, a Seduc-SP lançou, em maio de 2019, o Programa Inova Educação. Entre as mudanças estava a inserção de três novas disciplinas: Projeto de Vida, Tecnologia e Eletivas, que por sua vez estão embasadas nas dez competências da normativa nacional (BRASIL, 2017).

Na disciplina projeto de vida, o foco é o preparo dos estudantes para a conquista de objetivos pessoais e, para tanto, são necessárias as competências como: “autoconhecimento, autocuidado, autoestima, autoconfiança e autoeficácia” (SÃO PAULO, 2019, p. 10). De acordo com Perrenoud et al. (2002, p.144) “[...] competências representam potenciais desenvolvidos sempre em contextos de relações disciplinares significativas, prefigurando ações [...]”. Diante do formato individualista elencado pela disciplina, as competências são centralizadas no aluno, como protagonistas de sonhos e ambições, destituindo a formação do cidadão coletivo e enfatizando o individualismo.

Na disciplina tecnologia, o pensamento computacional e a compreensão da cultura digital fazem parte do componente curricular, como também o uso crítico de tais tecnologias. Para isso, o Estado defende o aprimoramento da infraestrutura escolar por meio de investimentos contínuos (SÃO PAULO, 2019). Entretanto, desde o início do programa Inova, tais investimentos não chegaram às escolas estaduais. E por fim, as eletivas, disciplinas que os professores devem planejar, de acordo com a escolha dos alunos, em seus projetos de vida.

As disciplinas do Inova fazem parte da lógica neoliberal defendidas por organizações multilaterais como Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Banco Mundial (BM) que, por sua vez, é o maior investidor das reformas educacionais no Brasil (TOMASSI; WARD; HADDAD, 2009). No cenário brasileiro, outras empresas privadas influenciam diretamente as políticas públicas educacionais, entre as principais estão: a organização Globo, Banco Itaú, Instituto Ayrton Senna, entre outras (SOUZA; CABRAL NETO, 2018).

Diante dessa lógica neoliberal defendida por tais organizações, as escolas tornam-se empresas, os estudantes clientes, e o conteúdo das disciplinas são redimensionados para o individual, e “[...] os únicos valores sociais legítimos são a eficiência produtiva, a mobilidade intelectual, mental e afetiva, e o sucesso pessoal” (LAVALL, 2019, p.39). O Estado se põe a formar o trabalhador adaptável às demandas mutantes do mercado global e local, direcionando as políticas econômicas ao contexto educacional, como enfatizado por Shiroma e Evangelista (2011). Esses são os pressupostos delineados pelo modelo de educação neoliberal firmados a partir da BNCC e sendo adequadas pelos Estados e Municípios.

Ademais, o programa Inova surge como manobra para a resolução da precarização das escolas estaduais de São Paulo.

[...] inovações para que as atividades educativas sejam mais alinhadas às vocações, aos desejos e às realidades de cada um. Essas inovações são essenciais para promover o desenvolvimento intelectual, emocional, social e cultural dos estudantes, reduzir a evasão escolar, melhorar a convivência nas escolas e fortalecer a ação dos professores e os vínculos com os alunos (SÃO PAULO, 2019).

No que diz respeito ao vínculo entre alunos e professores, não é citado que um dos problemas das escolas estaduais que podem ocasionar este distanciamento, decorre do fechamento de salas<sup>2</sup>, repercutindo na superlotação<sup>3</sup> destas em decorrência do remanejamento dos alunos. (MESKO; SILVA; PIOLLI, 2016). Ainda sobre o vínculo na relação dos professores com os estudantes, é ocultado pelo documento, o deslocamento dos professores em até três escolas diferentes para constituir uma jornada mínima de 25 aulas, e isso, prejudica o vínculo dos docentes com a comunidade escolar, e sem qualquer ajuda de custos por parte do Estado para tais deslocamentos, ou para constituir a jornada dos docentes em apenas uma escola.

Sobre a melhoria da convivência escolar, o Programa Inova Educação não menciona, o Projeto de Melhoria da Convivência e Proteção Escolas chamado, CONVIVA SP, lançado em 2019, que dentre suas medidas de controle no espaço escolar, estabelece o monitoramento integral das escolas, por meio do sistema de videovigilância em rede com

---

<sup>2</sup> Nos últimos anos e no início de 2019 foi colocado em prática um projeto de fechamento de salas no ensino regular do período noturno. Este projeto está sendo aplicado desde a última gestão do governador Geraldo Alckmin, sendo dada continuidade pelo seu sucessor, João Dória [...] como forma de sucatear ainda mais a educação pública e passar a gestão para a iniciativa privada. (APEOESP, 2019, p.01) Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/acontece-na-subsede/fechamento-de-salas-prejudica-ensino-publico-em-sao-matheus/>. Acesso em: 30 de nov. 2020.

<sup>3</sup> 46% das escolas do Ensino Médio apresentam esse quadro. [...] o Estado de São Paulo admite a alocação, nos anos iniciais do Ensino Básico, de 30 a 33 alunos por sala, contra a recomendação de 24 alunos constante do Parecer Federal; 35 a 38 alunos nos anos finais, contra uma recomendação de 30 alunos; e 40 a 44 alunos em turmas do Ensino Médio, contra a recomendação de 30 alunos”, detalha. (CAMARGO, 2019, p.1) Disponível em: [https://correio.rac.com.br/conteudo/2019/08/campinas\\_e\\_rmc/855398-tce-indica-aumento-de-superlotacao-em-salas.html](https://correio.rac.com.br/conteudo/2019/08/campinas_e_rmc/855398-tce-indica-aumento-de-superlotacao-em-salas.html). Acesso em: 2 de dez. 2020.

Centro de Operações Integradas (COI).<sup>4</sup> E no mesmo ano, o governo anunciou a realização de um projeto piloto com policiais da reserva dentro das escolas<sup>5</sup>. Em suma, melhoria para o governo Estadual de São Paulo é colocar sistemas de vigilância inibindo os professores em sua prática docente dentro de sala, além do envolvimento das forças de segurança pública dentro das unidades de ensino.

Para a inserção do INOVA a Seduc-SP emitiu a Resolução SE n° 72, de 16 de dezembro de 2019, reduzindo o tempo de hora aula de 50 minutos para 45 e ampliou a carga horária de professores e alunos de 6 para 7 aulas por período. A resolução também aumentou o tempo de formação continuada em serviço, sendo que antes do Inova Educação, o docente com uma jornada completa de 32 aulas teria três ATPC, mas com a criação do programa, inserindo na grande curricular as três disciplinas: Eletivas, Tecnologia e Projeto de Vida, o ATPC de um professor (a) com a jornada completa foi ampliada para sete. Devemos notar ainda, que tais acréscimos não repercutiram na folha de pagamento ou em qualquer melhoria nas condições de trabalho dos docentes.

#### **A FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO: ATPC**

No Estado de São Paulo a formação continuada em serviço denominada de Hora de Trabalho e Prática Coletiva (HTPC) teve início com a lei complementar n° 444/1985, determinando o mínimo de 20% de tempo para a formação continuada em serviço (SÃO PAULO, 1985). Com as mudanças posteriores foram acrescentadas as Aulas de Trabalho Pedagógico em Local de Livre Escolha (ATPL), no qual os professores podem escolher os locais para a correção de trabalho, elaboração de aulas, além dos estudos individuais inerentes a profissão.

Com a Resolução SE n.º 08/12 as horas aulas são diminuídas de 60 minutos para 50 e com isso, a formação continuada em serviço passa a ser designada como Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), além de aumentar os ATPL de quatro para 13 (SÃO PAULO, 2012). Na formação continuada em serviço, um professor com a carga horária completa de 32 aulas, teria como obrigatoriedade três aulas de ATPC com o corpo docente, coordenador e diretor de escola. Segundo o levantamento bibliográfico feito por Alcione Zaniboni Corral (2016, p. 49), sobre o objetivo da formação continuada em serviço, constatou-se o seguinte:

---

<sup>4</sup>[...] II - a importância do espelhamento dos equipamentos no COI (Centro de Operações Integradas) - principal centro de planejamento de operações integradas do Estado, é o órgão responsável por realizar a integração entre as Forças de Segurança Pública e as demais estruturas do Estado, do Governo Federal, dos Municípios e da iniciativa privada, com foco no planejamento e na execução de operações interagências, visando a preservação da ordem pública e as ações de proteção e defesa civil. (SÃO PAULO, comunicado conjunto, n° 03/2020, p. 01) Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/convivasp/wp-content/uploads/sites/17/2020/04/Comunicado-03.20-Conjunto-CITEM-e-CONVIVA-Espelhamento-VM.pdf>. Acesso em: 2 de dez. 2020.

<sup>5</sup> Dória anuncia programa para reforçar segurança nas escolas com policiais da reserva dentro das unidades (GONÇALVES, 2019) Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/07/05/doria-anuncia-programa-para-reforcar-seguranca-nas-escolas-com-policiais-da-reserva-dentro-das-unidades.ghtml> Acesso em: 2 de dez. 2020.

[...] é o espaço de formação continuada dos professores, que acontece no contexto de seu trabalho, desde que se privilegie a colaboração e a interlocução ente seus pares. Apontam os autores que a formação pode contribuir para reverter a fragmentação de conteúdos e se tornar uma instância de produção e aprofundamento do projeto político-pedagógico, desde que seja centrada na prática e nas expectativas dos professores (vivências de cada realidade das escolas), na busca pela educação de qualidade.

No entanto, o ATPC dos professores situados em cada Unidade Escolar (UE) com os respectivos problemas e demandas, sofreram modificações com o Plano Estadual de Educação (PEE), formulado em 2016 e válido por 10 anos. No plano, consta 21 metas que as escolas do Estado de São Paulo devem seguir.

O caráter formativo do PEE está na meta 21, tendo a pretensão de “viabilizar um novo modelo de formação para os profissionais da Secretária da Educação, visando ao exercício do magistério e/ou das atividades relacionadas à gestão da educação básica considerando [...] a saber: Quadro do Magistério [...]” (SÃO PAULO, 2016).

Contudo, foi com a resolução SE nº 72 de 16 de dezembro de 2019, que o trabalho docente foi intensificado, sobretudo as condições de precarização já existentes nas UE. A resolução também desarticulou a força coletiva dos professores e o aumento da periodicidade das provas diagnósticas, além de separar o corpo docente de acordo com as respectivas áreas do conhecimento.

Artigo 3º - Nas escolas da rede estadual com oferta de aulas regulares dos anos finais do ensino fundamental e das séries do ensino médio, os docentes titulares, não efetivos e contratados deverão participar das ATPCs em dia específico a cada semana, por área de conhecimento, na seguinte conformidade: I – terça-feira: área de ciências humanas; II – quarta-feira: área de linguagens; III – quinta-feira: áreas de ciências da natureza e de matemática. § 1º - Em cada um dos dias previstos nos incisos deste artigo, cabe à unidade escolar garantir o oferecimento de 7 (sete) ATPCs em cada turno de funcionamento do período diurno e 5 (cinco) ATPCs no período noturno (SÃO PAULO, 2019).

A formação continuada por área do conhecimento, assim como as demais modificações foram determinadas sem qualquer tipo de diálogo com os professores, coordenadores, diretores e comunidade escolar. Com a mudança, muitos docentes que acumulam cargos em escolas municipais, tiveram que escolher entre um ou outro, pois os horários da formação continuada determinados pela Seduc/SP colidiam com os horários de trabalho dos professores (as) que acumulam cargo para complementarem a renda, diante dos baixos salários.

Outro problema suscitado diz respeito a organização coletiva do corpo docente, tanto para se opor as diretrizes e projetos enviados pela Seduc/SP, no qual os professores tinham que parar o trabalho pedagógico, para aplicar provas diagnóstica.

Coordenadores (as) tiveram a carga de trabalho intensificada, pois precisavam se preparar para o ATPC em três dias diferentes, com as pautas enviadas pela Seduc/SP,

exigindo o registro por meio de fotos, preenchimento de planilhas e formulários, tanto dos docentes como dos diretores e coordenadores.

Apesar de não haver nenhuma modificação salarial, as condições de trabalho e o aumento das aulas e do tempo de ATPC, somados aos problemas de infraestrutura, com carteiras, mesas e ventiladores danificados, e até itens básicos como papel higiênico faltando nas escolas, (FULFARO, 2019) ficaram ainda piores, com a intensificação do trabalho dos docentes.

## **AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA**

As avaliações em larga escala no Brasil começam a ganhar força com o Sistema Nacional de Educação Básica (Saeb), que a princípio tinha o objetivo de avaliar a proficiência dos alunos (SOUSA, 2014). E no decorrer dos anos, outras iniciativas do Governo Federal seguiram a mesma lógica, entre as principais podemos destacar: Avaliação Nacional Básica (Aneb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anrese), comumente conhecida como Prova Brasil. Essas são apenas algumas das avaliações em larga escala inseridas no contexto nacional, efetivando a cultura de metas e resultados, o principal instrumento de mensuração da qualidade do ensino no Brasil inserindo milhões de estudantes desde o Ensino fundamental até a Pós-Graduação (SHIROMA; EVANGELISTA, 2011).

Existe as vantagens em relação as avaliações em larga escala como: verificação da qualidade de aprendizagem dos alunos; responsabilização de professores e gestores pelos resultados, fazendo com que estes se sintam mais engajados na melhoria de suas práticas; cultura das avaliações; publicização dos resultados e comparação entre alunos e escolas; padronização das correções; criação de uma base de dados para o direcionamento das políticas públicas; mudanças curriculares, dentre outras (BAUER et al, 2015, apud, BAUER; ALAVARSE; OLIVEIRA, 2015).

Mesmo com as vantagens enfatizada pelos autores as pretensões elencadas com a cultura dos resultados e metas nas escolas públicas, acabam repercutindo na responsabilização e punição dos professores, sendo que as avaliações em larga escala não levam em conta as características locais, sociais e políticas de cada escola em suas especificidades. Além disso, redimensionam os aspectos educacionais aos padrões gerenciais do mercado (HYPOLITO, 2010,) e ainda “[...] remetendo ao governo central a tarefa de fiscalização e proposição de aprimoramentos administrativos e curriculares, com o envolvimento das instâncias locais” (SANTOS; SABIA, 2015, p. 357). Com isso, os problemas que cada comunidade escolar enfrenta são deixadas de lado, reduzindo o sucesso ou insucesso da prática docente, segundo as metas estipuladas pelos governos através das avaliações em larga escala.

## **SARESP**

O Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) criado em 1996, passou por diferentes modificações, dentre estas mudanças uma das mais significativas ocorreu em 2007, quando o Saresp foi ajustado as habilidades e competências do Saeb e da Prova Brasil (SANTOS; SABIA, 2015, p. 361-362). O objetivo do Saresp -

como as demais avaliações em larga escala - consiste em medir o desempenho dos estudantes do Ensino Fundamental que corresponde ao 2º, 3º, 5º, 7º, 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio e são restritos às disciplinas de língua portuguesa e matemática.

O Saresp é realizado em dois dias de provas nos meses de novembro/dezembro. Caso os alunos consigam alcançar o Índice de Desenvolvimento Educacional do Estado de São Paulo (IDESP) as escolas são premiadas por meio do bônus, enquanto as escolas que não atingiram os índices, têm o seu trabalho desconsiderado, nessa lógica injusta e classificatória (PINTO, 2011). O Saresp faz parte do modelo político que a Seduc/SP segue há anos, conforme as diretrizes das organizações internacionais citadas anteriormente, enfatizando a competitividade, o individualismo e controle sobre o trabalho docente (PINTO, 2011).

Para controlar e direcionar o trabalho docente para treinamento dos estudantes para o Saresp, a Seduc/SP tem os seguintes programas: o Método de Melhoria de Resultados (MMR);<sup>6</sup> a Semana de Estudos Intensivos<sup>7</sup>; a Avaliação Diagnóstica de Entrada (ADE) e Avaliação de Aprendizagem em Processo (AAP)<sup>8</sup>.

No início do ano letivo é aplicada a Avaliação Diagnóstica de Entrada (ADE) que tem a pretensão de mensurar as competências e habilidades do ano anterior, por meio de questões de múltipla escolha das disciplinas de língua portuguesa e matemática. De acordo com Freitas (2011), esses testes padronizados são reducionistas, pois avaliam apenas as competências e habilidades em detrimento do conhecimento do educando de maneira abrangente. Ademais, tanto a ADE como a AAP são simulados que a Seduc/SP aplica com a finalidade de treinar os estudantes para o Saresp. Além das “[...] comparações problemáticas e um reducionismo na gestão do currículo escolar”, como enfatiza Gatti (2012, p.33).

## INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Com as mudanças ocorridas com a resolução SE nº 72/19 aumentando o número de aulas no período matutino e vespertino e o tempo de ATPC, foram intensificadas a “[...] precarização do trabalho que cresceu assustadoramente nas últimas décadas. Isso pode ser claramente demonstrado pelas condições de trabalho, pelas formas contratuais e pelos planos de carreira” (OLIVEIRA, 2008, apud HYPOLITO, 2011, p.10). Com o aumento do tempo de formação continuada em serviço, o ATPC ficou centralizado nas AAP, cobrando

---

<sup>6</sup> O Método de Melhoria de Resultados (MMR) faz parte do Programa Gestão em Foco da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, cujo objetivo é promover a melhoria contínua da qualidade do aprendizado por meio da implementação do Método de Melhoria de Resultados (MMR) nas Diretorias de Ensino e escolas. (GUIA PRÁTICO DE MELHORIA DE RESULTADOS MMR, 2019, p.06) Disponível em: [https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2020/02/guia-prtico\\_etapa\\_planejamento\\_2020.pdf](https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2020/02/guia-prtico_etapa_planejamento_2020.pdf). Acesso em: 02 de dez. 2020.

<sup>7</sup> II - Semanas de Estudos Intensivos, com o objetivo de recuperar e aprofundar aprendizagens essenciais para o percurso educacional dos estudantes. (SÃO PAULO, Resolução SE nº 65, 2019, p,02)

<sup>8</sup> Diagnosticar o nível de aprendizado dos estudantes matriculados na rede estadual de ensino é o objetivo da Avaliação de Aprendizagem em Processo. (AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM EM PROCESSO) Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/avaliacao-aprendizagem>. Acesso em: 01 de dez. 2020.

resultados e planos de ações por parte dos professores, assim como o andamento do currículo das respectivas disciplinas.

Para conseguir atingir os índices estipulados pelo Estado, os professores são cobrados, pelos coordenadores, e aqueles cobram os alunos, que sofrem com o baixo desempenho, na maior parte das vezes (FREITAS, 2012). A APP é uma espécie de simulado para o Saesp e seus resultados são discutidos durante os ATPC, quando também são analisadas, por meio de gráficos, as habilidades e competência que cada aluno não conseguiu atingir e os professores, por sua vez, devem centralizar a prática pedagógica para melhorar as defasagens. Isso é o que explica Arcas (2009, p.154-155), no resultado de sua pesquisa.

Percebemos que há uma tendência de o Saesp ser utilizado cada vez mais como norteador do currículo e do planejamento escolar. Isso se deve, em parte pelo enfraquecimento da política de ciclos e progressão continuada. Se houvesse um fortalecimento e implementação de medidas que garantissem condições para a sua efetivação tais como um currículo flexível, voltado para as necessidades dos alunos, a diminuição do número de alunos em sala de aula, orientação e formação para os professores em torna da lógica da organização do ensino em ciclos; provavelmente, o Saesp não encontraria terreno tão fértil para se tornar o centro do trabalho pedagógico, promovendo implicações e planejamentos e na avaliação feita pelos professores.

Diante das cobranças da Seduc/SP, os professores têm como prática comum incorporada pelo Estado, o aproveitamento das provas do Saesp dos anos anteriores como material de treinamento para os alunos alcançarem melhores resultados (SCHNEIDER, 2013, p. 27). Segundo a pesquisa realizada por Pinto (2011), os professores admitem treinar os alunos para as provas e sofrem diante dos fracassos ao não atingirem a meta.

Os professores devem apresentar durante o ATPC as estratégias para serem desenvolvidas na Semana de Estudos Intensivos (SEI), que tem início após a correção das ADE e os resultados devem ser lançados na Secretária Escolar Digital (SED). Com a introdução das novas tecnologias no Estado de São Paulo, intensificou a burocratização com sistemas em rede, além da vigilância sobre o trabalho docente e a inserção de novos serviços, que antes eram desempenhados pela secretária e, agora, são realizados pelos professores (HYPOLITO, 2011).

Para acompanhar o trabalho desenvolvido pela equipe escolar, os supervisores de ensino fazem relatórios sobre o sucesso ou insucesso do trabalho docente, de acordo com os resultados da AAP divulgados e analisados durante o ATPC. Os supervisores de ensino visitam os ATPC, sem aviso prévio, e dentre as atribuições estão “Assessorar, acompanhar, orientar, avaliar e controlar os processos educacionais implementados nas diferentes instâncias do Sistema” (SÃO PAULO, 2009). E de acordo com Hypolito (2010), o Estado tem definido o que ensinar, como ensinar, quais materiais devem ser usados e os procedimentos que o professor deve exercer.

No ano subsequente a Seduc/SP divulga os resultados do Saesp do ano anterior. E caso a escola atinja o IDESP, é concedido por “mérito” a bonificação. Que é compreendida

como “[...] mérito do diretor que é bem-organizado; mérito das crianças que são esforçadas; mérito dos professores que são aplicados [...]” (FREITAS, 2007, p.971). Entretanto, quando a escola não consegue atingir os índices, o Estado acarreta “A responsabilização das escolas e, particularmente dos professores, pelos resultados da avaliação, associando-os ao recebimento - ou não - de incentivos [...]” (SOUSA, 2014, p. 413).

Além disso, se escola não consegue atingir o IDESP por dois anos consecutivos, a unidade de ensino se torna uma escola prioritária<sup>9</sup>. Com isso, as provas diagnósticas, planilhas, relatórios e as demais burocracias aumentam, além de “[...] uma vigilância permanente quanto aos resultados, à realização dos objetivos, aos desempenhos realizados [...] cujos resultados podem ser medidos em tempo real” (MESKO; SILVA; PIOLLI; apud GAUJEJAC, 2016, p. 159).

Com a criação do Programa Inova, inserindo novas disciplinas na grade curricular, e a resolução SE n° 72, de 16 de dezembro de 2019, ampliando o número de aulas e tempo de formação continuada em serviço, foi intensificado e direcionado o trabalho do professor ao treinamento dos alunos para o Saresp de forma mais extenuante. E diante dos baixos índices de desempenho do Saresp, a Seduc/SP responsabiliza os docentes pelos resultados e desonera o Estado da responsabilidade sobre as condições de precariedade das escolas estaduais, assim como das condições para um ensino público de qualidade e uma formação continuada em serviço voltada para os problemas de ensino e aprendizagem que cada UE comporta.

## CONCLUSÃO

Com a criação do Programa Inova Educação, em maio de 2019, a Seduc/SP inseriu três novas disciplinas no curricular do Ensino Fundamental, a partir da Resolução SE n° 16, de dezembro de 2019. A normativa reduziu em cinco minutos o tempo de hora aula de cinquenta, aumentou o número de ATPC e separou os professores por áreas de conhecimentos, em dias e horários fixos. Além disso, a resolução aumentou de seis para sete o número de aulas por período, prejudicando ainda, os professores que acumulam cargo em outras escolas dos municípios que tiveram os salários reduzidos, pois os dias e horário do ATPC chocavam com o momento que estariam em outra escola.

---

<sup>9</sup> Escolas prioritárias. Para reduzir a desigualdade de aprendizado no Estado, o programa Educação — Compromisso de São Paulo prevê intervenção e monitoramento permanente em 1.206 unidades de ensino consideradas de maior vulnerabilidade tanto no aspecto socioeconômico, como nos de infraestrutura e de aprendizagem. Desse total, 1.082 escolas oferecem Ensino Médio. Para essas unidades, haverá prioridade na formação [...] (SÃO PAULO, 2012)

**Escolas prioritárias - Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.** Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/noticias/escolas-prioritarias/>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

Concluimos que diante de tais modificações impostas pela Seduc/SP, sem qualquer diálogo com a comunidade escolar, o trabalho docente foi intensificado, através do aumento das provas diagnósticas, tendo como intuito o treinamento dos alunos para o SARESP; como também a vigilância e cobrança por resultados e a burocracia escolar com o preenchimento de planilhas, análise e criação de gráficos, para mapear as habilidades e competências que os alunos não atingiram, nas ADE e AAP. E por fim, foi ampliada a responsabilização dos docentes por não atingirem o IDESP da escola.

## REFERÊNCIAS

- ARCAS, P, H. *Implicações da progressão continuada e do SARESP na Avaliação Escolar: tensões, dilemas e tendências*, 2009. 180f. Tese (Doutor em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-12032010-110212/pt-br.php>. Acesso em: 21 de dez. 2020.
- BAUER, Adriana; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. *Educação e Pesquisa*, v. 41, São Paulo, p. 1367-1384, 2015. PII: S1517-97022015001001367. DOI: 10.1590/S1517-9702201508144607. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v41nspe/1517-9702-ep-41-spe-1367.pdf>. Acesso em: 21 de dez. 2020.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 21 de dez. 2020.
- CORRAL, Alcione Zaniboni. *Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo na rede estadual paulista: a voz do professor da Diretoria de Ensino da Região de Jacarei*. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação: Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9887>. Acesso em: 21 de dez. 2020.
- DE TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian Jorge; Haddad, Sérgio (org). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- DOURADO, L. F.; SIQUEIRA, R. M. A arte do disfarce: BNCC como gestão e currículo. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 291, 27 ago. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/vol35n22019.95407>. Acesso em: 21 de dez. 2020.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. *Educ. Soc.* [online]. Campinas-SP, 2007, vol.28, n.100, pp.965-987. ISSN 1678-4626. DOI. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300016>. Acesso em: 21 de dez. 2020.
- FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educ. Soc.* [online]. Campinas-SP, 2012, vol.33, n.119, pp.379-404. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000200004>. Acesso em: 01 de jan. de 2021.

FREITAS, L. C. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguimos escapar ao neotecnicismo? In: *Plano Nacional da Educação (PNE): questões desafiadoras e embates emblemáticos*. PINO, Ivany Rodrigues; PACHECO E ZAN, Dirce Djanira (Org). Brasília, DF: Inep, 2013, p. 47-84. E-book. Disponível em: [https://issuu.com/sbpdf/docs/1409855533plano\\_nacional\\_de\\_educaca/128](https://issuu.com/sbpdf/docs/1409855533plano_nacional_de_educaca/128). Acesso em: 02 de jan. 2021.

FULFATO, Ana Carolina. INOVA, a educação do desemprego e da precarização. *Esquerda Diário*. 02 de ago. de 2019. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/INOVA-a-educacao-do-desemprego-e-da-precarizacao-29944>. Acesso em: 03 de jan. 2021.

GATTI, Bernardete A. Políticas de avaliação em larga escola e a questão da inovação educacional. *Série-Estudos - Periódicos do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, Campo Grande- MS p. 29-37, 2012. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/59/165>. Acesso em: 16 dez. 2020.

HYPOLITO, Á. M. Políticas curriculares, Estado e regulação. *Educação & Sociedade*, Campinas-SP v. 31, n. 113, p. 1337–1354, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/15.pdf>. Acesso em: 21 de dez. 2020.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Reorganização Gerencialista da Escola e Trabalho Docente, v. v.21, n.38, p. 1-18, 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/5265#:~:text=O%20artigo%20analisa%20formas%20gerencialistas,curr%C3%ADculo%20e%20o%20trabalho%20docente.&text=%C3%89%20a%20performatividade%20operando%20cotidianamente,e%20para%20o%20trabalho%20docente>. Acesso em: 14 de jan. 2021.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MESKO, Andressa de Souza Rodrigues; SILVA, Arnaldo Valentim; PIOLLI, Evaldo. A agenda educacional dos reformadores empresariais paulistas e seus efeitos no trabalho docente trabalho docente, *Políticas Educativas*, Porto Alegre - RS v.9, n.2, p. 156-170, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/69693>. Acesso em: 21 de dez. 2020.

OLIVEIRA, Inês B. In: *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectiva*. AGUIAR, Márcia Angela; DOURADO, Luiz Fernando (Org). Goiânia: UFG, 2018. p. 55-59. E-book. Disponível em: <https://anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 01 de jan. 2021.

PERRENOUD, Philippe. et al. *As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PINTO, A. R. P. *Política pública e avaliação: O Saresp e seus impactos na prática profissional docente*. 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado em Serviços Sociais) (), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO", Franca-SP. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/marcio.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2020.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. *Educação & Sociedade*, Campinas-SP, v. 33, n. 121, p. 1133–1156, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101->

[73302012000400012&script=sci\\_abstract&lng=pt#:~:text=and%20VERGER%2C%20Antononi.-](#)

[A%20origem%20das%20parcerias%20p%20C3%BAblico%2Dprivada%20na%20governan%20C3%A7a%20global%20da,Educ.&text=Durante%20a%20C3%BAltima%20d%20C3%A9cada%20C%20a,%20C%20prop%20C3%B3sito%20C%20status%20e%20resultados.](#) Acesso em: 21 de dez. 2020.

SANTOS, Uillians Eduardo dos; SABIA, Claudia Pereira de Pádua. Percurso histórico do Saresp e as implicações para o trabalho pedagógico em sala de aula. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo-SP, v. 26, n. 62, p. 354, 2015. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br//index.php/ae/article/view/3006#:~:text=Como%20resultados%20C%20identificamos%20as%20seguintes,alunos%20por%20parte%20dos%20profesores>. Acesso em: 21 de dez. 2020.

SÃO PAULO. Governador do Estado de São Paulo. *Lei Complementar nº444*, de 27 dez. 1985, Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Paulista e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1985/original-lei.complementar-444-27.12.1985.html>. Acesso em 04 de jan. 2021.

SÃO PAULO. Governador do Estado de São Paulo. *Lei nº16.279*, de 08 jul. 2016, Aprova o Plano Estadual de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16279-08.07.2016.html>. Acesso em: 04 de jan. 2021.

SÃO PAULO. SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO. *Inova Educação: transformação hoje, inspiração amanhã*. in: [https://issuu.com/governosp/docs/inova\\_educacao](https://issuu.com/governosp/docs/inova_educacao). Acesso em 04 de jan. 2021.

SÃO PAULO. SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO. *Resolução SE nº 08*, publicada em 19 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino. Disponível em: [http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/08\\_12.HTM?Time=26/07/2015%2018:40:03](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/08_12.HTM?Time=26/07/2015%2018:40:03). Acesso em: 04 de jan. 2021.

SÃO PAULO. SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO. *Resolução SE nº 72*, publicada em 22 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino. Disponível em: <https://desul1.educacao.sp.gov.br/17-12-resolucao-se-72-de-16-12-2019-dispoe-sobre-a-carga-horaria-dos-docentes-da-rede-estadual-de-ensino/>. Acesso em: 04 de jan. 2021.

SÃO PAULO. SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO. *Resolução SE nº 90*, publicada em 03 de dezembro de 2009. Dispõe sobre a definição de perfis profissionais e de competências e habilidades requeridos para Supervisores de Ensino e Diretores de Escola da rede pública estadual e as referências bibliográficas do Concurso de Promoção, de que trata a Lei Complementar nº 1.097/2009, e dá providências correlata. Disponível em: [http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/90\\_09.HTM](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/90_09.HTM). Acesso em: 04 de jan. 2021.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Políticas de avaliação em larga escala e a construção de um currículo nacional para a educação básica. *EvoS – Revista Científica*, São Paulo-SP, v. 0, n.

30, p. 17-34, 2013. DOI: 10.5585/ecos. n30.3537. Disponível em:  
<https://www.redalyc.org/pdf/715/71525769002.pdf>, Acesso em: 21 de dez. 2020.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Avaliação e responsabilização pelos resultados: atualizações nas formas de gestão de professores. *Perspectiva*, Florianópolis-SC, v. 29, n. 1, p. 127–160, 24 out. 2011. Disponível em:  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2011v29n1p127>. Acesso em: 21 de dez. 2020.

SOUZA, A. S.; CABRAL NETO, A. Nova gestão pública e educação: uma análise do planejamento estratégico como instrumento de responsabilização. *Retratos da Escola*, Brasília-DF, v. 11, n. 21, p. 621, 20 fev. 2018. Disponível em:  
<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/755#:~:text=Por%20meio%20desse%20m%C3%A9todo%20s%C3%A3o,Responsabiliza%C3%A7%C3%A3o..>  
Acesso em: 21 de dez. 2020.

SOUSA, Sandra Zákia. Concepções de qualidade da educação básica forjadas por meio de avaliações em larga escala. *Avaliação*, Campinas-SP, [online]. 2014, vol.19, n.2, pp.407-420. ISSN 1414-4077. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000200008>. Acesso em: 20 de jan. 2021.

*Submetido em setembro de 2021.  
Aprovado em dezembro de 2021.*

#### **Informações dos autores:**

Bruno Cesar Costa Ribeiro Mira

Mestrando do programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

E-mail: [brunomira3@hotmail.com](mailto:brunomira3@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6058-8668>

José Lucas Pedreira Bueno

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Coordenador do Departamento de Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNIR - Mestrado e Doutorado Profissional.

E-Mail: [lucas.bueno@uftm.edu.br](mailto:lucas.bueno@uftm.edu.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8151-0912>

Alcides Mariano Ribeiro

Mestrando em Educação na Universidade Federal do Triângulo Mineiro -UFTM. Currículo Lattes nº 2199932818322128.

E-Mail: [alcidesmribeiro@hotmail.com](mailto:alcidesmribeiro@hotmail.com).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2269-7983>